

3.4 ANEXO – VI DEGRAVAÇÃO COMPLETA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Apresentação dos RIVIS

Degração Audiência Pública Empreendimentos do Setor Habitacional Estrada do Sol

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Antonio Terra (00:22)

Boa noite a todos em nome do Brasília Ambiental desejo uma boa noite vamos iniciar os trabalhos aqui da nossa audiência pública de hoje. Meu nome é Antonio Terra. Sou chefe da assessoria em licenciamento ambiental vou fazer o início da nossa audiência pública com apresentação do regramento da audiência pública e em seguida nos vamos passar para os próximos blocos da nossa audiência pública. No dia de hoje nós vamos tratar do licenciamento ambiental para apresentação e discussão dos relatórios de impacto de vizinhança, dos RIVIS, para parcelamento de solo referente ao licenciamento ambiental. Etapa de licença prévia dos empreendimentos denominados SPITI INTERLAGOS AGROPECUÁRIO E COMÉRCIO, ESTÂNCIA PINHEIROS e do empreendimento NILSON LEONEL BARBOSA todos eles localizados na Região Administrativa do Jardim Botânico, na RA 27. Antes de dar as boas vindas gostaria de lembrar que essa audiência pública segue o regramento para que seja feita uma única audiência pública para os quatro empreendimentos a partir da nota técnica 01 de 2022 emitida pela superintendência de licenciamento que eu vou detalhar mais abaixo. Em virtude das medidas de enfrentamento que persistem em relação à precaução frente à emergência de saúde pública decorrente a pandemia. A audiência pública é realizada de forma virtual, além disso por decisão técnica do Brasília Ambiental é realizada nessa formato, haja visto que a gente tem melhor aproveitamento da audiência com a participação mais expressiva da comunidade. Então, o formato online ele se mostrou positivo com bons resultados para que a gente possa continuar a aplicação dele considerando que ainda persiste a publicação da resolução por norma 494 de 2020 que estabeleceu em caráter excepcional e temporário nos casos de licenciamento ambiental a possibilidade da realização da audiência pública de forma remota. Além da resolução CONAMA, temos a instrução normativa do IBRAM número 27 de agosto de 2020 que instituiu o regramento e os procedimentos para que a gente possa realizar a audiência pública de forma virtual. Na data de hoje dia 26 de abril de 2022 com início às 19 horas e encerramento previsto para às 22 horas e 30 minutos já incluindo o intervalo de 15 minutos previsto para que a gente possa fazer entre o término da exposição técnica e o início da manifestação, da exposição dos participantes já contando também com a possibilidade de prorrogação de 30 minutos da audiência pública. Informações gerais sobre a audiência pública processos de licenciamento ambiental referentes aos quatro empreendimentos processo 0039100006508/202081, 0039100000870/202129, 0039100000879/202130 e o 0039100000883/202106. Respectivamente referente aos empreendimentos SPITI, INTERLAGOS AGROPECUÁRIO E COMÉRCIO, ESTÂNCIA PINHEIROS E NILSON LEONEL BARBOSA localizados na Região Administrativa do Jardim Botânico. Todos os processos referentes ao tipo de licenciamento da licença prévia. Atividade de parcelamento de solo urbano. Os interessados SPITI Construções e Incorporações, Interlagos Agropecuário e Comércio Limitada, estância Pinheiros Limitada e referente ao senhor Nilson Leonel Barbosa. A empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental é a PROJEPLAN Engenharia e Meio Ambiente Limitada. Os avisos de publicação da audiência pública foram devidamente publicados conforme a Lei 0581 de 2013, no site e na redes sociais do Brasília Ambiental conforme a instrução normativa 27 de 2020. A documentação, os estudos que são objetos aqui da audiência pública ficarão disponíveis e estão a disposição do público para consulta na internet no endereço eletrônico do site do IBRAM www.ibram.df.gov.br. O objetivo da audiência pública apresentação e discussão dos relatórios de impacto ambiental referente ao processos de licenciamento em epigrafe, bem como colher sugestões e contribuições para o aprimoramento dos processos conforme é previsto na Resolução CONAMA 9 de 87 e na Lei Distrital 05081 de 2013. Referente aos tramites dos processos de licenciamento da audiência pública é importante lembrar que os processos de parcelamento de solo eles são feitos dentro do licenciamento trifásicos na fase de LP, LI e LO. Aqui a gente está na fase da LP referente a licença prévia onde são apresentados os estudos referentes a concepção dos empreendimentos,

posteriormente sendo deferidas as licenças passa para a licença de instalação onde vão ser apresentados os projetos e depois para a licença de operação analisando com a condicionantes para minimizar os impactos ambientais referente a cada empreendimento. Destacar que essa audiência pública ela serve para colher informações para aprimorar os processos focados nos estudos ambientais. Ela não é um fórum de decisão dentro do licenciamento mais uma etapa obrigatória prevista dentro licenciamento ambiental para que a gente possa colher informações, colher as manifestações dos participantes, da comunidade (?) e de todos os interessados para que a gente possa aprimorar o processo de licenciamento, aprimorar os estudos que foram apresentados e fazer adequações que forem necessárias dentro do processo. Além da participação dentro da audiência pública a gente tem previsto também que a participação pode ser feita pelo processo C com acompanhamento do processo fazendo seu *login* como usuário externo no processo pode ter acesso a todo processo integral de cada um dos empreendimentos pela Ouvidoria do GDF apresentação de manifestação e solicitações de informações e para apresentação de carta dentro dos próprios processos de licenciamento. A transmissão da audiência pública está sendo feita no canal institucional do Brasília Ambiental pelo YouTube. Conforme previsto na resolução CONAMA 494 a gente tem um ponto de acesso que é previsto um ponto de acesso físico dado às pessoas que tem dificuldade de acesso a internet, dificuldade de conseguir visualizar a audiência pública por meios próprios então, a gente tem a audiência pública sendo transmitida no salão da Assembleia de Deus no Jardim Botânico localizado na quadra 1, etapa 1, rua 1, lote 289/305, Jardim Botânico, DF. Lá as pessoas tem acesso a um telefone com WhatsApp para que possam encaminhar as manifestações. Em relação ao encaminhamento das contribuições e das perguntas eu vou solicitar se o pessoal conseguir colocar aquela tela de onde tem as contribuições para que a gente possa citar o telefone e o e-mail para que o pessoal possa apresentar suas contribuições e a sua participação. Enquanto isso eu vou dando sequência aqui. O WhatsApp das contribuições é o telefone (61) 99248 9698, vou repetir (61) 99248 9698. Pode ser encaminhado em formato de texto ou áudio dando a preferência em formato de texto para que a gente possa fazer uma transição mais rápida do encaminhamento das perguntas, deixando o áudio para quem tiver alguma dificuldade pelo encaminhamento de texto. Além do WhatsApp podem ser apresentadas as contribuições pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. No site do IBRAM tem um formulário para que possa ser encaminhado por e-mail para facilitar aqui o trabalho da mesa. Além do WhatsApp e do e-mail pode ser encaminhados também documentos que possam ser anexados a ata caso algum interessado queira apresentar alguma documentação. Essa documentação pode ser encaminhada também pelo e-mail ou pelo WhatsApp que ela vai ser incorporada nos autos da ata da audiência pública. No chat do YouTube ele é um canal aberto. A gente pede para que a preferência seja o encaminhamento seja feito pelo WhatsApp ou pelo e-mail já que é necessário que a gente tenha a identificação do cidadão que está fazendo sua contribuição. Então, a gente pede que o encaminhamento preferencial seja pelo e-mail ou pelo WhatsApp deixando o chat para que as pessoas possam interagir, mas citando também que tem a nossa equipe que também está acompanhando o chat para tirar as dúvidas dos interessados. Qualquer pessoa pode se manifestar durante a audiência pública pelos canais que foram expostos. É importante que tenha a identificação do cidadão, o interessado que está fazendo a apresentação encaminhando o nome completo, representante de alguma associação, de alguma entidade também para que a gente possa citar aqui na hora das manifestações. As mensagens que não contenham a identificação do interessado a gente não pode fazer a manifestação por que a gente precisa fazer a identificação para que a gente possa registrar na ata. As manifestações devem ser de forma objetiva para que a gente possa ter melhor aproveitamento do tempo das contribuições de todos os interessados focado aqui dentro do processo de licenciamento dos estudos ambientais, dos impactos, os aspectos ambientais que vão ser apresentados aqui pela equipe técnica da consultoria ambiental. Os encaminhamentos das manifestações podem ser realizados a partir desse momento dentro do início da audiência pública, durante toda a exposição técnica também, as pessoas já podem encaminhar suas manifestações. A gente dá preferência pela ordem de encaminhamento podendo ser agrupadas as manifestações para que a gente tenha um melhor aproveitamento do tempo e das respostas pela mesa. Se não houver tempo hábil para responder todos os questionamentos eles serão respondidos posteriormente e incluídos na ata completa da audiência pública que é publicada em até 30 dias após a transmissão da audiência pública, após a data da transmissão da audiência pública. Independente de participado ou não da transmissão ao vivo aqui da audiência pública qualquer cidadão poderá no prazo de até 10 dias contados da data da realização da audiência encaminhar suas contribuições, seus questionamentos ou anexar também alguma documentação pelo e-mail licenciamento.ibram@gmail.com ou pelo e-mail da sulam@ibram.df.gov.br. Esses encaminhamentos serão respondidos pelo IBRAM ou pela consultoria ou pelo empreendedor são incluídos na ata completa e divulgada no site do IBRAM para que todo mundo possa ter acesso a essa ata completa sendo divulgada em até 30 dias. O vídeo com a transmissão da audiência pública fica disponível no canal do Brasília Ambiental possa ser acessado a qualquer momento. Mais informações podem ser verificadas no regimento da audiência pública que está disponível no site do IBRAM na aba audiência pública. A audiência pública terá a duração máxima de três horas sendo possível seu encerramento antecipado caso as manifestações dos interessados tenham sido realizadas e respondidas. Caso seja necessário alguma complementação de alguma resposta que não seja dada durante a audiência pública essa complementação ela também é incluída na ata completa ficando disponível para que o interessado possa

ter acesso a sua resposta completa. A audiência pública é dividida em quatro blocos. A abertura com a leitura do regramento das regras do funcionamento da audiência pública. Logo em seguida a gente vai passar para a exposição técnica de até 45 minutos aonde o empreendedor e a consultoria ambiental vão apresentar os estudos ambientais referentes aos empreendimentos. Após a exposição técnica a gente faz um intervalo de 15 minutos para que a gente possa agrupar os questionamentos depois a gente retorna fazendo as apresentações das manifestações e as respostas da mesa em relação as contribuições apresentadas. Por fim o encerramento da audiência fazendo o tramite administrativo. Nesse momento eu vou encaminhar agora para dar início para que a gente possa fazer o encaminhamento da exposição técnica inicialmente eu vou chamar o Jandson Queiroz ... vai ser o Rafael primeiro? Então, inicialmente vai ser o Rafael Monteiro, biólogo, gerente de projetos e coordenador técnico dos estudos ambientais. Ele vem representando a PROJEPLAN Engenharia e Meio Ambiente que é a empresa responsável pelos estudos ambientais referentes aos projetos, posteriormente após o Rafael teremos a fala do Jandson Queiroz responsável técnico pela parte urbanística e infraestrutura. Após a gente faz o intervalo e voltamos depois com a apresentação das manifestações. Citando também que tem a equipe técnica da PROJEPLAN que está disponível também para que possa ser acessado pelo Jandson ou pelo Rafael para responder alguma questão específica sobre algum assunto do estudo ambiental. Eu desfazer a apresentação aqui da mesa e vou passar a palavra e o local aqui para o Rafael para que ele possa dar continuidade a exposição técnica. Agora são dezenove horas e dezoito minutos a gente inicia então, dando um tempinho aqui para o Rafael poder se posicionar, dezenove horas e vinte minutos a apresentação técnica para que a gente possa dar continuidade a audiência.

Senhor Rafael Carvalho (17:40)

Boa noite a todos. Meu nome é Rafael Carvalho, biólogo, gerente de projeto da PROJEPLAN Engenharia e Meio Ambiente e coordenador desse projeto. Queria agradecer as falas do Terra por parte do IBRAM e agradecer a presença de todos. Bom, estamos aqui como o Terra já relatou para apresentar para vocês o relatório de impacto de vizinhança dos quatro empreendimentos da Estrada do Sol, sendo o empreendimento SPITI, INTERLAGOS AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO, ESTÂNCIA PINHEIROS e NILSON LEONEL BARBOSA. Então, a gente tem o interessado (?) Construções e Incorporações e a empresa responsável, assim como o Terra já citou, e a PROJEPLAN Engenharia Ambiental. Gostaria abrir aqui os estudos primeiramente apresentando a nossa equipe. Então, agradecer a presença de toda a nossa equipe Pedro (?) Alves direção e responsabilidade técnica. Erick (?) direção e responsabilidade técnica. Leonardo de Paula Gomes responsável pelos estudos de fauna. Diego Mendes Ferreira Melo responsável pelos estudos de flora. Ciro Costa Vieira responsável pelo meio físico. Luana Tainara Nascimento responsável pelos estudos de qualidade da água. Carla Carem Carvalho responsável pelos estudos de (?). Wellington Mesquita de Carvalho responsável pelo mapeamento e processamento. Além disso, eu gostaria de agradecer a presença do professor Jandson Queiroz representando a área empreendimentos sustentáveis é projetista e o senhor Gabriel Sarquiz representado aqui a SPITI Construções e Incorporações. Todos presentes na mesa. Apresento aqui o que dá início ao trabalho. E dando um passo para trás eu queria agradecer principalmente a presença da comunidade isso é muito importante. Esse momento é um momento para vocês e para que vocês possam se manifestar para que a comunidade possa fazer parte desse processo. Essa é a razão da audiência pública. É um espaço para que vocês possam se manifestar. Então, eu peço até a gentileza que se manifestem. Esse é o momento e aqui é a hora de vocês. A gente está aqui com toda a equipe da PROJEPLAN da área, da equipe do IBRAM para atendê-los. Então, queria manifestar minha satisfação em está apresentando o estudo aqui para a comunidade, não só no Jardim Botânico, mas de todo o Distrito Federal. Bom, estou apresentando aqui na tela o que dá início ao processo que são os termos de referência. Então, nós temos aqui os quatro termos de referência respectivos as quatro poligonais que estão em alvo de estudo nesse momento. A organização desse estudo e o que venha a casar com a própria apresentação da audiência pública ela é dado nesse formato que está na tela, ou seja, a gente tem o primeiro volume que é a apresentação de descrição do empreendimento que vai ser feita pelo professor Jandson. O diagnostico ambiental que eu vou apresentar na sequência. Primeiro a gente traz o diagnóstico de meio biótico, de meio físico, de meio sócio econômico e depois disso um prognóstico ambiental que são os impactos. Falando rapidamente o que é um diagnóstico ambiental para as pessoas mais leigas o diagnóstico é nada mais do que um retrato do que nós temos lá hoje em termos de biota de animais e plantas, o meio físico solo. Água, ar e etcetera. E da comunidade lá. Então, o diagnostico ambiental traz o retrato do que a gente encontra lá hoje e depois a gente traz um prognóstico que são os impactos que podem vir a ocorrer com a implantação do empreendimento, ou seja, a gente tem um diagnóstico ambiental sobrepõe-se então, um projeto que está sendo proposto e daí a gente consegue ter uma ideia dos impactos que podem vir a ocorrer e consequentemente todas as medidas mitigatórias e compensatórias ou potencializadoras de impactos positivos que nós pretendemos implantar com o andamento do processo. Então, o estudo se dá dessa forma que está ai na tela e a audiência pública ela se dá também desta forma, mas o que está ai focada em negrito. Então, a gente não apresenta aqui o plano básico ambiental. Apresenta-se lá no começo o volume um, mas não de fato todos os meandros, vamos

dizer assim, do que está nos documentos, que estão disponíveis para toda comunidade no site do IBRAM. Então, aqui a gente está para ter um tempo reduzido e a gente traz um resumo do que está disponível para vocês ai no site do IBRAM. Então, eu vou convidar agora o professor Jandson para como eu coloquei no slide anterior apresentar o volume um do estudo que é a apresentação de descrição do empreendimento. Obrigado.

Senhor Jandson Queiroz (23:18)

Bom, boa noite a todos. Meu nome é José Jandson Queiroz. Sou arquiteto urbanista e vou apresentar aqui então, a parte urbanística do estudo. Antes de mais nada a gente está falando da Região Administrativa do Jardim Botânico e de quatro poligonais que estão aproximadamente a uma distância de quinze quilômetro em relação ao Plano Piloto do Distrito Federal. As quatro poligonais no território estão distribuídas de forma descontínuas, mas elas foram planejadas conjuntamente em função das peculiaridades de cada uma e do próprio posicionamento delas da estrutura viária, da estrutura do Distrito Federal. As poligonais elas estão todas inseridas no PDOT conforme zoneamento classificado como zona urbana de uso controlado dois. Então, esse controle a gente vai ver daqui a pouquinho que ele está em função das questões de meio ambiente natural. O texto em negrito está destacado quais são as diretrizes próprias desse zoneamento que a gente tem lá na região. Então, veja que é destacada a necessidade de compatibilizar o uso urbano com a conservação de recursos naturais, mas ao mesmo tempo é dado como diretriz permitir o uso predominantemente habitacional com as questões do respeito ao plano de manejo das unidades de preservação presentes lá na região e também, com a necessidade de adotar medidas de controle ambiental como característica exigida pelo PDOT. As poligonais estão todas inseridas em zona de baixa densidade conforme está colocado aí na tela, cujo Artigo 39 do PDOT especifica que a gente tem uma faixa de densidade que pode variar ali entre 15 até 50 habitantes por hectare. Com relação ao zoneamento econômico ecológico do Distrito Federal a área de trabalho ela está inserida na zona ecológica econômica de dinamização produtiva com equidade, cujas diretrizes presentes nesse zoneamento envolvem promover a possibilidade de geração de emprego e renda em toda essa região, também a redistribuição de atividades produtivas mais uma vez com o objetivo de gerar emprego e renda sempre trabalhando com a possibilidade de se ter múltiplas atividades, múltiplas funcionalidades na oferta de lotes urbanos com expansão do sistema de mobilidade e infraestrutura, mas sempre também tendo como foco a necessidade de se criar ai interligação viária com novas centralidades e muito fortemente a necessidade de novas tecnologias principalmente nas questões de infraestrutura urbana e também assegurar a implantação de sistema de áreas verdes permeáveis, manutenção e permeabilidade do solo dentre outras diretrizes que ai estão colocadas. Quando a gente olha para subzona onde essas poligonais elas estão inseridas é a subzona de dinamização produtiva de equidade sete e cujas diretrizes elas de certa forma reproduzem o que a gente acabou de ver antes um pouquinho detalhado só em termos das suas especificidades. Quando a gente olha para os riscos ambientais apresentados no zoneamento econômico ecológico no que diz respeito na recarga de aquífero a gente vê que as poligonais elas estão quase na sua totalidade inseridas em áreas de muito baixo risco. A perda diária de recarga de aquífero apenas com pequenas porções que estão ali, principalmente, nas duas poligonais intermediárias a dois e a três cujo tratamento especial que vai ser dado mais a frente na hora do planejamento é exatamente preservar superfícies verdes nesses locais cujo risco é um pouco mais acentuado. Quando a gente olha para o risco de contaminação do subsolo as poligonais elas também estão inseridas na sua quase totalidade em áreas de muito baixo risco de contaminação de subsolo. Mais uma vez os pequenos trechos cujos riscos podem ser considerados como baixo. Eles receber tratamento especial no planejamento urbanístico focando na manutenção dessas superfícies como áreas verdes. Quando a gente olha para questão de perda de solo por erosão a maior parte das poligonais elas estão inseridas em áreas de muito alto risco de perda de solo por erosão a solução adotada está no fato de que serão adotadas medidas mitigadoras que depois o Rafael vai explicar exatamente com intuito de que essas medidas possam minimizar todo e qualquer risco de perda de solo por erosão tanto no processo de implantação quanto no próprio processo de existência, de vivência dos empreendimentos que ali vão ser implantados. No que diz respeito a perda de áreas remanescentes de cerrado nativo, mais uma vez a gente tem que a maior parte das poligonais elas já foram antropizadas, quer dizer, já foram transformadas pelo homem de maneira de que a gente não tem mais superfícies ali com cerrado nativo. Então, essas manchas cinza que estão colocadas são áreas de ausência de cerrado nativo. E mais uma vez os poucos trechos aonde a gente que tem áreas com risco mais elevado de perda de cerrado eles vão permanecer com superfícies verdes como os senhores verão mais a frente na apresentação que vai ser feita no planejamento dos empreendimentos. No que diz respeito a APA de São Bartolomeu a gente vê que as poligonais na sua maior parte estão inseridas em áreas de ZEOQ, que são as zonas especiais de ocupação e qualificação. Então, existe uma indicação de ocupação dessas áreas como passíveis de serem ocupadas e são efetivamente essas áreas amarronzadas que a gente está ocupando nos trechos e os demais trechos das poligonais ou estão inseridos em ZOE, que são aquelas zonas de ocupação especial de interesse ambiental que também podem ser ocupadas, mas com algum nível de restrição com relação das questões de meio ambiente natural. E as áreas que são de preservação, no caso as ZCVS, que são as zonas de conservação da vida silvestre. Ampliando aqui

para cada poligonal. Então, a poligonal um ela está integralmente em área passível de ocupação que na verdade com o intuito de que realmente sejam ocupadas como planejamento feito pela própria APA do São Bartolomeu. A poligonal dois a gente tem trecho então, em áreas com um grau maior de restrição de ocupação. Os senhores vão ver que no planejamento também previu de como lidar adequadamente com esses trechos. Na poligonal três mais uma vez as áreas que estão aí classificadas como zonas de conservação ou zonas de ocupação de interesse ambiental recebem um olhar especial com relação ao projeto e vão permanecer na sua totalidade com feições de meio ambiente natural. E a poligonal quatro integralmente inserida em zona cuja diretriz é por ocupação mesmo no processo da APA de São Bartolomeu. Já existem diretrizes urbanísticas para área tanto a DIURB 01/2019 que é a diretriz geral da região quanto as diretrizes específicas a DIUP 03/2021 cujo planejamento feito pelo Governo do Distrito Federal para área possibilita a gente entender que essas áreas elas estão pó mais que separadas no território elas tem uma lógica de continuidade no seu processo de parcelamento, por isso que a gente segue exatamente com essas estruturação do trabalho. Elas estão todas ao longo de vias cuja classificação hierárquica de maior importância na região que os senhores veem como uma linha com tracejado avermelhado vias classificadas como de atividades. Então, a previsão do próprio GDF nós estamos atendendo isso dentro do planejamento. É que ali ao longo daquela via Estrada do Sol lá em cima depois a via que acesso a São Sebastião mais aqui a baixo a gente tem ali a previsão de ocupação com atividades que vão dar um caráter de maior possibilidade de atender a população que ali passa com atividades como comerciais e serviços ao longo daquele trecho. Esse é o planejamento feito pelo Distrito Federal e a gente segue integralmente em nosso projeto. E tem outro trecho de uma linha tracejada com cores aí laranjas que a gente tem vias de circulação de pessoas que também a gente atende já a essa especificidade. Vale apenas apresentar aqui e eu vou repetir lá mais a frente que o planejamento das poligonais a gente já prevê o que é necessidade por parte do governo de haver a ampliação, duplicação, o alargamento dessas vias. Então, o projeto já contempla essa necessidade. Aqui estão colocadas as tabelas das atividades urbanas que são previstas lá para a região pelo planejamento do governo. Então, atividades residenciais, comerciais que serão desdobrados um pouquinho mais a frente na hora em que eu apresentar as plantas na medida em que a gente vai ver quais as atividades que a gente está prevendo para cada uma dessas poligonais. A gente tem aqui nesse planejamento. Então, aqui começa a fase do planejamento. Então, a gente vai ver o planejamento em cada uma dessas poligonais. Então, no que diz respeito a poligonal um ela fica as margens da Avenida do Sol. Observem que senhores que a gente recua esse parcelamento de forma que é possível fazer o alargamento da via. Então, com intuito de contribuir para minimizar os impactos de circulação de pessoas que já existem hoje na região a gente tem ali uma destinação deste lote para o uso residencial misto prioritariamente. Aquela mancha cinza clara que aparece ao lado é uma área designada para espaços verdes. Então, ela está colocada junto de uma via que está um pouco mais estreita, mais estrangulada, então, a gente alarga isso visualmente em função daquela praça que lá ocorre. A área ela é integralmente parcelável como está colocada na planilha que a gente tem ali ao lado. E a gente tem a distribuição interna com aproximadamente 75 por cento destinada a esse lote e o restante para um equipamento público configurando ali seus 77 por cento de área parcelado e o restante na forma de áreas públicas não temos nenhum problema com as declividades na área dessa poligonal um. E os senhores veem pelo perfil das vias que a gente tem já previsão de alargamento daquela pista principal atendendo as próprias demandas da secretaria e da população em função da possibilidade que o empreendimento traz e no trecho que é passível e de responsabilidade do empreendimento de ser previsto ali o alargamento da via no caso a Avenida do Sol. Quando a gente olha para a poligonal dois percebam que toda a parte sul e leste da poligonal ela permanece com uma área de meio ambiente natural preservada que vai ser configurado como uma reserva particular de patrimônio natural chamada de RPPN, a sigla. E logo ao lado naquela mancha cinza a gente tem uma área de praça a denominação a sigla que a gente usa aqui no DF é ELUP, espaço livre de uso público e isso se soma com praticamente algo como 60 por cento da poligonal de trabalho destinada para essa RPPN e quando a gente soma isso com as áreas livres ELUP a gente tem ali praticamente mais da metade, bem mais da metade praticamente 60, 65 por cento da poligonal integralmente preservada com feições de meio ambiente natural e com uso para atividades de lazer e contemplação. As demais áreas do empreendimento são designadas para atividade de comercial misto como está colocado ali na imagem. Mais uma vez, é previsto no planejamento já o alargamento das vias no trecho que é possível alargar em função da poligonal do empreendimento. Essas são o que a gente chama dos perfis das vias. Então, com faixas duplas de carros nos dois sentidos nas duas vias principais a da esquerda como uma via de atividades lá em cima mais ao norte da poligonal como uma via de circulação e a via interna que ela é bem curtinha a gente tem ela com uma configuração mais restrita de acesso a poucas unidades ali do empreendimento. Poligonal três a gente tem mais uma vez toda a face sul da poligonal e um trecho aqui mais a baixo da face sudeste da poligonal preservada também com feições de meio ambiente natural configurada mais uma vez na forma de RPPN, reserva particular de patrimônio natural associada a aquela mancha cinza que está ali colocada que os senhores podem ver que é área de praça então, isso soma uma área significativa dentro do empreendimento exatamente trazendo a possibilidade da gente dar uma resposta àquela sensibilidade ambiental apontada tanto no zoneamento econômico ecológico quanto no zoneamento da APA do São Bartolomeu. Então, ali a gente tem que essa área ela permanece 28 por cento na poligonal como não parcelável na

forma da RPPN e as demais áreas parceláveis correspondem aproximadamente a 70 por cento da poligonal toda e isso é o que está colocado. Mais uma vez, é previsto naquela zona mais norte o alargamento, o afastamento dos lotes que vão ser planejados ai de maneira que possibilite a ampliação da pista no trecho que é possível para empreendimento alargar mais isso como digamos uma contribuição para o planejamento que é feito no Distrito Federal e isso atende ao que está colocado nas diretrizes urbanísticas. Então, os perfis das vias que aparecem ali a esquerda fica claro isso duas faixas em cada sentido e até mesmo uma via que passa interna a poligonal que dá acesso a outros empreendimentos ali na região a gente tem a previsão também de alargamento daquela via. Em todos os casos coisa que eu esqueci de dizer é que todas essas vias principais elas vão receber calçada, ciclovia e espaços de veículo ao longo de todo o trecho mesmo a via que cruza a poligonal e dar acesso a outros empreendimentos com previsão também de entrada ali de implantação de ciclo via e as vias internas do empreendimento ai sim são um pouco mais estreitas diante apenas a necessidade de acesso a poucas vias. A última das poligonais, mais uma vez, na mesma lógica apenas aqui como é uma área integralmente parcelável ela é mais ocupada no território, mas tem a previsão de praça como a gente vê naquela mancha cinza que aparece ali na poligonal. Não temos em nenhum dos casos problemas com declividades e a gente tem mais uma como filosofia o fato do parcelamento se afastar da via com intuito de permitir o alargamento da pista tal como apreça aí. No somatório das áreas então, dos 100 por cento de todas as poligonais 30 por cento já imediatamente preservados enquanto feições de meio ambiente natural na forma das RPPNs. Uma questão que é interessante quando a gente olha para as quantidades de equipamentos públicos e áreas públicas elas estão integralmente atendidas do exige as diretrizes urbanísticas que são de 15 por cento da poligonal. Então, se a gente olhar os equipamentos públicos que é o que está escrito ali na linha 1C em baixo que é o índice de EP nós temos 5,01 por cento que quando somado com o item dois da ELUP mais 16.35 por cento a gente soma e supera os 15 por cento exigidos por legislação e atingindo os 21.35 por cento. Falando um pouco das consultas as concessionárias e as questões de infraestrutura no que diz respeito a consulta feita a TERRACAP está destacado ai em negrito todas as matriculas não pertencem ao patrimônio da TERRACAP. Então, elas são integralmente de cunho privado que é o que baliza aqui o processo de parcelamento do qual a gente está aqui desenvolvendo. Com relação a NOVACAP a tem que não existe, não é, a resposta que obtivemos no que diz respeito as questões de águas pluviais não existem redes de águas pluviais implantadas e/ou projetada na região. Então, logo a baixo os senhores veem que existe uma solução dada pelo projeto que é exatamente planejar e implantar um sistema de drenagem próprio para o empreendimento com dispositivos de amortecimento, dispositivos integrados as áreas verdes conforme a gente viu que uma necessidade oriunda também da questão do zoneamento da APA, da questão do ZEE que exige soluções de infraestrutura que sejam mais atuais e pertinentes com a região. Com relação a CEB, a companhia elétrica é indicado também como resposta a consulta que foi feita que há interferência nas redes e que a solução adotada que vai caber ao empreendedor desenvolver projetos e implantar esses projetos relacionados à infraestrutura das redes e distribuição de energia elétrica e iluminação pública com a área do empreendimento em conformidade com as próprias regulações da CEB e isso foi acolhido pela CEB como a solução necessária. No que diz respeito a CAESB do ponto de vista do abastecimento de água. Então, a resposta da CAESB a nossa consulta que não há um sistema de abastecimento de água para a região, mas ao mesmo tempo ela apresenta soluções e alternativas possíveis que são duas e que o empreendimento vai adotar a alternativa dois destacada em negrito que é desenvolver uma solução independente de abastecimento. Então, é por essa solução que o empreendimento opta aonde vai ser feito um sistema por meio de poços profundos logicamente que a partir de outorga obtida junto a ADASA como os senhores vão ver mais a frente na apresentação. Ainda sobre a CAESB no que diz respeito do esgotamento sanitário. Então, a CAESB responde que não um sistema de esgotamento sanitário implantado, mas também apresenta alternativas e a alternativa acolhida pelo projeto enquanto solução é que o projeto irá optar por implantação de estação de tratamento de esgoto compacto na região em cada uma das poligonais que vai dar cabo de tratar esse esgoto e depois dar destinação correta e ele mediante outorga prévia de lançamento de água servidas a partir dessa outorga da ADASA. Foram feitas as consultas a ADASA elas estão em protocolo, estão em andamento dentro da ADASA e a gente está no aguardo exatamente dessas outorgas que estão aí em processo. No que diz respeito de limpeza urbana, SLU, a SLU ela já tende na região e exatamente ela vai continuar atendendo com apenas algumas especificidades como está colocado aí para espaços para que os caminhões possam manobrar, espaços onde possa haver também a coleta e armazenamento até o caminhão pegar esses lixos dentro dos empreendimentos isso está plenamente atendido no processo de planejamento. Com relação ao IPHAM foram encaminhadas documentações como estão colocadas aí e as tratativas dessa consulta também já estão em andamento. E por fim, o DER foi a partir da consulta feita foi indicado que não há interferência do empreendimento em nenhuma das áreas sob a jurisdição do Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal. Então, vou passar novamente a palavra para o Rafael para que ele continue a apresentação. Muito Obrigado. Boa noite.

Senhor Rafael Carvalho (43:35)

Queria agradecer as palavras do professor Jandson sempre são muito esclarecedoras, obrigado. E vamos entrar agora no diagnóstico ambiental de fato. Primeiro passo para que a gente possa dar início aos estudos é definir as áreas de influência que são as áreas como o nome diz podem sofrer algum impacto em função da instalação dos empreendimentos. Impactos diretos ou indiretos. Então, aqui como são quatro poligonais eu vou falar de uma de cada vez. A gente tem as áreas de influência direta e diretamente afetadas, nesse caso essas áreas se sobrepõem. São as áreas onde de fato haverá intervenção direta das obras de fato onde se vai ser implantado o empreendimento são as áreas de influência direta e diretamente afetada. Então, a poligonal um é essa que está na tela na beira da Avenida do Sol, isso já foi bem esclarecido pelo professor Jandson a questão da localização então, eu vou ser mais direto nesse aspecto. Poligonal dois também está aí a nossa área de influência direta e diretamente afetada. Poligonal três a mesma coisa. Polígono em vermelho como vocês podem bem ver na imagem. E a poligonal quatro a mesma coisa. Todas elas começando na parte superior da Avenida do Sol e descendo nessa mesma avenida no sentido sudeste. Depois a gente vem para aqui para a área de influência indireta onde a gente vai poder identificar os impactos indiretos como a legislação preconiza a área de influência indireta para os meios físico e biótico, lembrando que o meio físico é ar, água, solos, etcetera. E o biótico são os animais e as plantas. Então, a própria legislação preconiza que a área de influência indireta para esses meios é a bacia de contribuição. Então, no caso da poligonal um a bacia de contribuição é a bacia do Ribeirão Taboca como vocês podem ver aí na imagem. Nos demais empreendimentos na poligonal dois, como a gente pode ver na tela, a três e a quatro são na bacia paralela Bacia do Córrego do Mato Grande. Ambas as bacias fazem parte da bacia do São Bartolomeu por isso o professor Jandson já colocou nós estamos aqui seguindo as diretrizes do zoneamento da APA do São Bartolomeu para esses empreendimentos. Já para o meio socioeconômico que trata da comunidade em si a área de influência indireta ela é a própria poligonal da RA Jardim Botânico. Como vocês podem ver para poligonal um, poligonal dois, poligonais 3 e 4 nós temos como área de influência indireta da socioeconomia a RA Jardim Botânico. Agora a gente entra de fato no diagnóstico ambiental. Já definidas as áreas de influência que são as áreas de estudo propriamente ditas. A gente entra no diagnóstico do meio físico. Esse diagnóstico ele é composto pela geologia como que aquela região foi formada em termos de solo. A geomorfologia que é o relevo da região. Os solos propriamente ditos ou pedologia em um termo mais técnico que a gente evita de usar aqui até por que aqui é um espaço para pessoas que são leigas no assunto. Os aspectos geotécnicos que é a estabilidade do solo para fins de até intervenções de construção civil que é o nosso caso. Suscetibilidade erosiva também em função de processos erosivos que podem vir ocorrer em função de todas essas características do meio físico. A qualidade da água um ponto muito importante que também nós estudamos do Córrego Mato Grande e do Taboca. E a declividade do terreno também é bastante importante. Em termos de qualidade da água nós fizemos um diagnóstico único para os quatro empreendimentos, visto que estão todos interligados dentro de uma mesma macro bacia onde nós utilizamos então, ai esses sete pontos de coleta de qualidade da água para que a gente possa saber como se encontra a qualidade das águas hoje e podendo no futuro próximo com a implantação dos empreendimentos poder monitorar se esses empreendimentos eventualmente estariam causando algum impacto e propor os devidos programas de mitigação desses impactos. Então, foram utilizados sete pontos que estão aí na tela todos próximos das poligonais e das respectivas áreas de captação de água e eventual lançamento de drenagem também. Bom, para todos os empreendimentos os resultados foram bastante similares todos os pontos de coleta. Então, nós tivemos aí uma boa qualidade em termos de parâmetro de oxigênio dissolvido, PH, turbidez entre outros parâmetros foram diversos parâmetros estudados e que podem ser consultados nos estudos. E tivemos então, pequenas discrepâncias apenas nos parâmetros de nitrogênio total, fósforo total e coliformes termo tolerantes. Então, essa gente é o tem hoje na região, ou seja, essas discrepâncias pequenas que observamos são em função dos empreendimentos que já se encontram na região e na maioria deles como nós ainda vamos ver mais em detalhe irregulares. Então, nosso empreendimento vem exatamente para mudar esse cenário. Por que o empreendimento regular, como é o nosso caso, ele não pode influenciar na qualidade da água. Então, a gente tem um retrato hoje onde nós já temos alguns pontos, alguns parâmetros fora do que deveria estar em função da presença de inúmeros parcelamentos irregulares na região e a gente vêm para tentar melhorar esse cenário. Bom, ainda falando de qualidade da água a gente faz um estudo que chama IQA que é o índice de qualidade da água ele traz uma série de parâmetros em uma modelagem matemática onde a gente tem algumas classes de qualidade da água. Vocês pode ver que para a poligonal um a gente tem então, todos os pontos acima de nível regular chegando ali próximo a boa ou ótima. Para as poligonais dois, três e quatro também temos aí quase todas em nível regular apenas o ponto sete um pouco a baixo, mas assim, muito mais próximo do regular do que do ruim. Lembrando mais uma vez que a implantação do empreendimento tende a melhorar essa qualidade da água, por que a água que nós vamos está lançando ela é de melhor qualidade do que se encontra nos ribeirões hoje. Entrando na pedologia, nos tipos de solo, na poligonal um que fica mais a cima na Avenida do Sol a gente tem uma predominância aí de 100 por cento de cambissolo álico. Eu não vou entrar nos detalhes aqui técnicos por que devido ao tempo, mas como hoje eu já falei os estudos estão disponíveis no site do IBRAM e nós vamos está aqui mesmo após a audiência para responder todos os questionamentos e dúvidas que vocês tiverem. Na poligonal dois então, a gente tem um misto aí de cambissolo álico e um solo hidromórfico indiscriminado

na sua maior parte. A poligonal três segue no mesmo sentido da poligonal dois a maioria de cambissolo álico e uma pequena porção de solo hidromórfico indiscriminado. E na poligonal quatro uma predominância de 100 por cento de cambissolo álico. Com relação à suscetibilidade a erosão que é a possibilidade de ocorrência de processos erosivos. A gente tem aí na poligonal uma predominância muito alta de solos pouco suscetíveis. A suscetibilidade a erosão ela é um casamento entre a cobertura vegetal, ou seja, qual é a vegetação que tem ali, o tipo de solo que eu já falei e a declividade do terreno. Então, a gente pode ver que a gente tem uma predominância muito grande na classe pouco suscetível e de pequenos pontos de classe suscetível ou muito suscetível, mas em função de intervenções humanas que já ocorreram na localidade nesses lotes e que vão ser reparadas durante as ações de instalação do empreendimento. A poligonal dois já tem uma infraestrutura lá já implantadas, algumas edificações já implantadas, mas com relação a suscetibilidade à erosão a segue no mesmo padrão. A maioria da área ela é pouco suscetível e uma pequena parte média pouco a não suscetível. Pequenas porções com áreas suscetíveis são também áreas que estão nessa classificação em função das intervenções humanas. A poligonal três também segue na mesma linha predominância de áreas pouco suscetíveis ou não suscetíveis e pequenos trechos suscetíveis em função de intervenções humanas. Da mesma forma que é na poligonal quatro que ela é totalmente pouco ou moderada ela não tem intervenções humanas. Então, ela está em uma classificação ainda menos suscetível a processos erosivos do que nas demais. Bom a gente vem aqui para o meio biótico que contempla os estudos de fauna e flora que são os estudos de fauna sendo os animais divididos nesse caso em herpetofauna que são répteis e anfíbios os sapos, os lagartos, as cobras. A mastofauna que são os mamíferos e a ornitofauna que são as aves e, além disso, o estudo das plantas. Então, em termos de cobertura vegetal a gente começa aqui pelos estudos das plantas da flora. A gente tem uma cobertura vegetal cerrado sentido restrito na maioria dos casos maioria dos casos, na maioria da poligonal um. Esse cerrado é um cerrado nativo, porém antropizado, como a própria classificação de atrás é uma área que já sofreu muitas intervenções humanas, mas ainda possui algum cerrado. E outras áreas de solo exposto também em função de atividades antrópicas presentes na região que tendem a ser recuperadas com a implantação do empreendimento. Bom, com relação a poligonal um ainda nós identificamos 1.16º indivíduos arbóreos arbustivos, ou seja, árvores distribuídas em 89 espécies e 36 famílias. Com predominância aí com essas famílias que estão no gráfico. Sete dessas espécies são listadas como de proteção especial. Para essas espécies é dado um tratamento especial. Isso não quer dizer que elas não suscetíveis a corte, mas que tem que ser dado um tratamento especial. Lá na frente eu vou falar dos programas ambientais e a gente tem que dar uma atenção especial a essas espécies que são, vamos dizer, que tem algum interesse ecológico. Na poligonal dois a gente tem uma classificação maior de uso do solo. Então, a gente tem matriz composta por gramíneas, vegetação de mato mesmo, mata de galeria que são as que ficam nas beiras dos riachos aqui do Córrego Mato Grande nesse caso. Mata de galeria antropizada, ou seja, a mesma mata de galeria, mas com ações antrópicas. E outras coberturas do solo, como eu já tinha falado, essa poligonal já tem algumas intervenções, já tem algumas estruturas implantadas. Então, a gente tem sistema viário, a gente tem algumas lagoas e áreas construídas além de solo exposto em função das ocupações humanas que serão recuperadas. Na poligonal dois por ser uma área já bastante ocupada como coloquei já com a presença de algumas estruturas a gente obteve 385 indivíduos distribuídos em 52 espécies e 18 famílias. Dessas 18 espécies duas estão listadas na lista de proteção especial. Com relação a poligonal três também seguimos no mesmo padrão da poligonal dois com uma cobertura do solo bastante diversificada formadas por áreas alagadas, artificiais, é importante falar, formação campestre que são áreas de mato mesmo. Florestais já com árvores, com árvore de maior porte, gramíneas, mata de galeria e mata de galeria antropizada. O sistema viário. Solo exposto em função das atividades humanas dos quais vão ser recuperadas e algumas áreas construídas onde já existem algumas edificações implantadas. Nessa área por ser uma área grande, porém já ocupadas, tivemos então, 1.137 indivíduos distribuídos em 90 espécies e 39 famílias de plantas, dessas apenas três são listadas como de proteção ou interesse especial. Agora a poligonal quatro também seguindo o mesmo padrão das poligonais dois e três, uma matriz bastante diversa de ocupação do solo formada por agricultura, formações campestres, sistema viário, solo exposto, vegetação arbórea arbustiva e áreas construídas. Também bom lembra que as áreas de solo exposto vão ser recuperadas em função da implantação do empreendimento. Nessa poligonal por ser uma poligonal bastante, vamos dizer antropizada, apesar de ser uma poligonal grande é uma área bastante antropizada. Nós encontramos então, 152 indivíduos de árvores e arbustos distribuídos em 36 espécies e 39 famílias. Dessas 36 espécies três estão listadas como de interesse especial. É importante falar aqui nos estudos da flora, das plantas, que nós fazemos a metodologia de senso florestal, ou seja, nós identificamos todos os indivíduos que estavam na região não foi uma amostragem, de fato fomos de um por um identificando a espécie para a gente trazer para escritório e fazer estudo dessas informações coletadas em campo. Bom agora para a parte de fauna. Nós fizemos um estudo para as quatro poligonais, visto que, diferente das árvores os animais se movimentam obviamente e tem uma área de vida muito grande, ou seja, eu não consigo determinar quais indivíduos fauna, ou seja, dos animais, estão presentes naquele local por que amanhã eles já não mais presentes ali diferente das espécies de plantas que eu consigo estudar todas as espécies daquele local e ter esse catálogo de espécies a fauna tem essa diferença. Portanto, foi feito um estudo englobando as quatro áreas. Nessas quatro áreas então, esse estudo que contemplou as quatro

áreas, para herpetofauna que são os répteis e anfíbios, lagartos, cobras, sapos, pererecas, entre outros, foram registradas então, 14 espécies de répteis e anfíbios nenhuma dessas espécies lista como ameaçada. Para herpetofauna, que são as aves, a metodologia foi a mesma, foram registradas 37 espécies de aves nenhuma na lista de espécies ameaçadas. Para a mastofauna, que são os mamíferos, encontramos seis espécies de mamíferos nenhuma como ameaçada. É importante ressaltar que por ser essas áreas antropizadas, ou seja, já houve uma intervenção humana nessas áreas elas já estão em ambiente urbano em meio a uma matriz de condomínios diversos ocupados a presença de fauna ela é um pouco dificultada. Então, a gente entende que foi uma amostragem bastante satisfatória diante do cenário que a gente tem lá hoje que é um cenário de bastante ocupação humana faz com a fauna seja afugentada ou ocorrência pequena de indivíduos principalmente de médios e grandes animais. Então, a gente entende que o resultado foi bastante satisfatório. Bom, agora a gente entra na parte socioeconomia que é a parte da comunidade em si em que a gente estudou dentro da AII, área de influência indireta que é a RA Jardim Botânico os aspectos de organização social, uso e ocupação do solo, característica da população e domicílios, infraestrutura, característica da economia, lazer e turismo. E na área de influência direta, AID, uso e cobertura do solo e infraestrutura local. Então, aqui nós temos algumas fotos da região do Jardim Botânico que a gente pode ver diversas ocupações do solo, tais como, unidades de conservação a título de exemplo, condomínio de alta classe, condomínio de classe mais econômica e até áreas de agricultura. Bom aqui um pouco do histórico da RA vou passar mais rapidamente devido avançado do tempo e não é o nosso foco aqui, mas em termos de escolaridade a gente pode ver aqui que 34,9 por cento do bairro tem a população grau superior completo. É óbvio para todos aqui que o setor habitacional que é a RA Jardim Botânico que é uma RA de alta classe. Então, isso se traduz nos níveis de escolaridade chegando aí a 35 por cento da população tenha o nível superior completo. Trabalho e renda a gente tem aí 50 por cento da população com trabalho remunerado. Cerca de 15 por cento estudante e mais 15 por cento de aposentados e seguindo essas informações do gráfico agente tem apenas cerca de 2 ou 3 por cento de pessoas desempregadas no bairro. Claro que isso é um dado oficial. É um dado que vem da CODEPLAN que é atualizado de tempos em tempos esses dados podem mudar um pouco, mas em linhas gerais esses são os dados apresentados que a gente tem hoje para a RA. Esse é um dado interessante propriedade 75 por cento praticamente da população moram em terreno próprio não regularizado o que é um dado muito ruim e o nosso empreendimento vem para tentar melhorar esse gráfico visto que nós estamos fazendo todo trabalho regular e dentro do que preconiza a legislação. Para melhorar esse gráfico melhorando os níveis de terrenos regularizados na RA. Visto que é um dado bastante preocupante por que os terrenos irregulares é que eles causam um maior impacto ambiental devido a dificuldade de implantação de drenagem, de captação e lançamento de água pluviais, enfim, o respeito a legislação ambiental. Então, a gente só tem isso em empreendimentos regularizados.

Voz de Homem (64:33)

Só para dar um aviso para quem está participando da audiência. A gente chegou no tempo dos 45 minutos e aí a gente concede um tempo adicional para que eles possam terminar. O tempo adicional previsto na audiência pública é um tempo 15 minutos para que a gente possa concluir a exposição técnica.

Senhor Rafael Carvalho (65:05)

Obrigado (?). bom, então, vamos correr um pouquinho aqui. Em termos de infraestrutura a gente tem esses dados. Infraestrutura urbana asfaltamento, calçamento, meio fio e iluminação são dados razoavelmente satisfatórios. Também para a coleta de lixo e abastecimento de água. Onde a gente tem um problema grande aqui é esgotamento sanitário a gente aí então, 61 por cento do bairro com fossa séptica e mais uma vez como o professor Jandson falou a gente vem com proposta de implantação de estações de tratamento e outros tipos de tecnologia de tratamento mais avançadas para melhorar esse quadro. Bom, aqui a gente entra no prognóstico ambiental é a parte final da minha apresentação onde eu trago para vocês o resultado daquela sobreposição que é o diagnóstico sobreposto ao projeto de urbanismo e infraestrutura que o professor Jandson mostrou onde a gente consegue agora no prognóstico supor quais impactos a gente podem vir a ocorrer com a implantação desses empreendimentos e quais são as medidas que vão ser tomadas caso de fato esses impactos venham a ocorrer. Bom, esses impactos são classificados da forma que está aí na tela. Então, a gente classifica a etapa do empreendimento, a forma direta ou indireta, natureza positiva ou negativa, abrangência local ou regional, temporalidade curta, média ou longa, reversibilidade, reversível ou irreversível, importância baixa, média ou alta, magnitude pequena, média ou grande, duração permanente ou temporária, probabilidade baixa ou média. Tem os impactos durante a instalação do meio físico. Então, eu vou apresentar por meio. Então, para a instalação a gente propõe os impactos que são o revolvimento e retirada da camada superficial de solo. Redução da impermeabilidade do solo em função da impermeabilidade superficial. Geração de resíduos sólidos. Alteração da qualidade do ar devido a emissão de material articulado. Início ou aceleração de processos erosivos. Alteração da qualidade da água superficial e disponibilidade da água subterrânea. Isso para a

etapa de implantação. É importante lembrar gente que para cada impacto desse que a gente está prevendo que possa vir a ocorrer a gente tem uma gama de soluções em programas ambientais para que esses impactos sejam minimizados. Isso é muito importante está claro. Para operação o meio físico a gente tem a alteração da qualidade da água. Redução da permeabilidade do solo. Geração de resíduo sólido. Alteração da disponibilidade da água e início e aceleração de processos erosivos. Ainda durante a instalação para o meio biótico a gente tem redução da cobertura vegetal devido à supressão da vegetação. Perturbação e afugentamento da fauna terrestre. Alterações do microclima. Perda biodiversidade local. Durante a operação já com o empreendimento implantado a gente tem a perturbação ou afugentamento da fauna terrestre. Agora para o meio socioeconômico agente tem impactos na fase de planejamento que é a geração de expectativa na população. Impactos na fase de instalação que é a ocorrência de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Mobilização da Mão de obra e geração de emprego esse é um impacto positivo que a gente vem com medidas de potencialização desses impactos. Incremento nas atividades comerciais e no mercado imobiliário também a gente trabalha de forma a potencializar esses impactos positivos. Durante a operação no meio socioeconômico a gente tem o aumento das receitas tributárias e transferências de mercadoria também é um impacto positivo que é trabalhado de forma a ser potencializada. Sobre carga no sistema de coleta e destino final dos resíduos sólidos. E a pressão sobre o sistema viário e adensamento populacional. Bom, aqui então, depois de discorrer um pouco sobre tortos os impactos, lembrando que esses impactos eles estão detalhados dentro dos estudos. O nosso tempo é bastante corrido para a gente entrar e detalhar para vocês quais são os impactos, mas é importante ficar claro nós estudamos a fundo quais são esses impactos e quais são as medidas as quais eu vou apresentar agora no nosso plano de monitoramento e controle ambiental. Então, dentro do nosso PCA que é o plano de controle ambiental que a gente está propondo para o IBRAM e ainda cabe ao IBRAM aprovar essas medidas, sugerir novas medidas, sugerir adequações e, enfim, entre outros a gente tem medidas preventivas como o próprio nome diz corretivas, compensatórias ou potencializadoras. Bom, dentro dessas medidas do PCA que é o plano de controle ambiental proposto ele tem contemplações de acompanhamento da vigilância sanitária ambiental. Acompanhamento das ações de limpeza do terreno. Remoção da vegetação e espécie da fauna e movimentação de terra. Descrição e localização em planta do canteiro de obras. Infraestruturas e acesso provisórios. Acompanhamento de ruídos nas obras. Acompanhamento do tráfego e manutenção de máquinas e veículos. Acompanhamento de armazenamento de resíduos perigosos. Controle da emissão de particulados. Acompanhamento da desativação do canteiro de obras ao fim destas. Acompanhamento do gerenciamento dos resíduos sólidos incluído detalhamento das estruturas de proteção e monitoramento de sólidos na época de chuva com acompanhamento fotográfico. Acompanhamento de efluentes das obras incluindo com relação aos recursos hídricos. Acompanhamento dos processos erosivos e assoreamento incluindo o projeto de terraplanagem contemplando o detalhamento dos locais de corte aterro, locais de bota/espera, entre outros. Acompanhamento das obras de recuperação e recomposição paisagística das áreas impactadas. Acompanhamento dos recursos hídricos subterrâneas incluindo qualidade e nível freático. Acompanhamento e monitoramento da fauna e da flora. Essas são as medidas de minimização ou potencialização dos impactos e agora aqui eu vou passar a palavra para o Antonio para fazer o fechamento e a gente abrir para as perguntas. Queria mais uma vez agradecer imensamente a participação da comunidade e sugerir que façam as perguntas que esse é o momento. Estamos aqui com equipe completa multidisciplinar para atendê-los em toda qualidade não só (?), mas também via e-mail e WhatsApp. Muito obrigado.

Senhor Antonio Terra (71:58)

Obrigado, Rafael pela apresentação, Jandson. Então, dando continuidade a audiência pública após o termino da exposição técnica a gente faz um intervalo de 15 minutos para a gente colher as contribuições e depois voltamos aqui para que a gente possa dar continuidade apresentando as manifestações e as devidas respostas pela mesa. Na tela para vocês está aparecendo o número do WhatsApp e o e-mail para que vocês possam apresentar as contribuições. Eu só lembrar que o número do WhatsApp e do e-mail. O WhatsApp é (61) 99248 9698 e o e-mail licenciamento.ibram@gmail.com. Então, a partir desse momento a gente dá início ao intervalo de 15 minutos. São 20h15. Então, a gente retorna as 20h30 para dar continuidade a audiência pública. Obrigado.

Senhor Alisson Neves (89:00)

Boa noite a todos. Meu nome é Alisson Neves. Então, superintendente de licenciamento ambiental e que a gente vai continuar aqui a nossa audiência pública que trata dos empreendimentos no setor habitacional estrada do sol que são quatro empreendimentos conforme apresentação da primeira parte dessa audiência pública. E agora nós entramos na parte de que trata dos questionamentos e das dúvidas que possam ser apresentadas. A gente ainda convida a todos que estão acompanhando para que apresentem seus questionamentos, suas perguntas que é muito interessante,

muito importante para que a gente consiga enriquecer esse empreendimento naquilo que é necessário para poder debater o licenciamento ambiental e em especial agora no momento de uma licença prévia. Só chamando a atenção que na parte da descrição da live, da audiência pública no YouTube em as informações número de telefone, e-mail onde possam ser encaminhados os questionamentos. Lembrando que essa audiência pública ela vai se manter no canal oficial do Brasília Ambiental e nos próximos 10 dias ainda nós estaremos recebendo colaborações e questionamentos a serem incrementados nesse processo. Portanto, a gente solicita e couda a todos fazer essa participação. Antes de a gente fazer e a gente está recebendo alguma pergunta aqui, mas antes da gente avançar no questionamento acho que é importante esclarecer um pouco sobre como é que funciona esse processo de licenciamento ambiental para esses empreendimentos. Então, a fase agora que nós chamamos de licença prévia que é a fase do estudo nos quais todos são voltados a concepção de projeto e estudos ambientais agregados a esse contexto que é responsável por esse momento ter a nossa audiência pública no intuito de ao final desse processo nós podermos reconhecer se for tecnicamente viável e juridicamente também reconhecer a viabilidade ambiental e aprovar a concepção dos projetos desses empreendimentos. Em um segundo momento aí a gente a gente emitiria uma licença prévia com prazo de máximo de até cinco anos. Essa licença prévia ela deixa todo procedimento a caráter a receber uma solicitação de licença de instalação que é a segunda licença para emissão, nesse caso licença de instalação que aprova os planos e programas dos projetos. Somente após essa licença de instalação que do ponto de vista ambiental haverá a autorização para início de qualquer obra. E após a celebração e a realização dessas obras a licença de instalação ela pode ter até seis anos inicia-se o processo de uma licença de operação e aí o funcionamento do empreendimento. Então, é importante deixar bem esclarecido que nesse primeiro momento a gente trabalha com essa licença prévia. Licença essa que vai subsidiar entre outras coisas até a própria aprovação do projeto urbanístico no conselho, no CONPLAN, conselho responsável na Secretaria de Habitação. E após a aprovação do CONPLAN é feito a publicação do decreto criando o parcelamento. A criação do parcelamento subsidia o momento de entrada da licença de instalação para que a gente possa avançar para, enfim, a implementação dos empreendimentos com toda segurança técnica, jurídica e ambiental. Eu vou passar agora um pouco para o Rafael que fez a explanação da primeira parte para falar um pouco dos programas ambientais que estão sendo trazidos para esse empreendimento. À vontade Rafael.

Senhor Rafael Carvalho (93:00)

Bom, como falei nessa tipologia de estudo a gente traz um PCA que é um plano de controle ambiental e dentro desse plano tem uma grande diversidade de subprogramas ambientais. Então, a gente tem o acompanhamento da vigilância sanitária ambiental na qual uma equipe de biólogos faz um levantamento da área para averiguar uma ocorrência de espécies vetores. Espécies capazes de transmitir vetores de doenças. Então, são campanhas periódicas, na qual os biólogos vão as residências ou locais da região para averiguar a ocorrência dessas espécies. Ações de limpeza do terreno. Ações de remoção da vegetação, espécie de fauna e movimento de terra. Nesse caso quando a gente fala de remoção de vegetação é um programa no qual um engenheiro florestal fica em cada uma das frentes de supressão averiguando se essa supressão está sendo bem feita, por que a madeira oriunda dessa supressão ela tem que ser dada uma destinação nobre, ou seja, você não pode queimar, você não pode destruir essa madeira a não ser que seja para enriquecimento do solo. Então, tem uma equipe de engenheiros florestais que estão acompanhando ali os motosserristas e demais equipe. Para a questão de monitoramento de fauna também uma equipe de biólogos que fica ali próximo às atividades de supressão evitando que ocorra algum impacto sobre os animais. O acompanhamento de ruídos nas obras ele é feito com um medidor de ruídos para que os ruídos das obras não ultrapassem os limites preconizados pela legislação em termos até de segurança do trabalho. Então, também são feitas medições periódicas que ocorrem com equipamento de medição para que os ruídos das obras não ultrapassem os limites preconizados pela legislação. Acompanhamento de tráfego e manutenção máquinas também é feito esse monitoramento das máquinas, dos tratores, dos motosserras, para que não haja emissão de gases, para que não haja derramamento de óleo, para que não haja os diversos impactos ambientais, além dos que nós já previmos. Então, tem esse monitoramento das máquinas. Da mesma forma do armazenamento dos resíduos perigosos, ou seja, o próprio diesel, tinta ou materiais contaminantes de solo a gente tem uma equipe de engenheiros ambientais ou outros profissionais também de natureza ambiental que vão fazer esse monitoramento durante as obras para que a gente não tenha um descarte irregular, nem o armazenamento de forma irregular desses produtos perigosos que possam vir a contaminar os recursos hídricos podem contaminar o solo, os rios, etcetera. Temos também a emissão de material particulado, na qual são efetuadas ações ambientais como a exigência de está molhando os acessos para evitar poeira, cobrindo as caçambas dos caminhões para evitar poeira e outras ações de controle de emissão de particulados. Também tem uma equipe de engenheiros ambientais, geógrafos, biólogos uma gama enorme de profissionais que vão está acompanhando as obras periodicamente nas suas mais diversas etapas e frentes de obra acompanhando essa obra para que os impactos ambientais sejam os menores possíveis. A gente vem para uma segunda página aqui. Então, a

gente tem o acompanhamento da desativação do canteiro e a sua recuperação. O canteiro normalmente ele já fica em uma área onde vai ser implantada alguma infraestrutura, mas tem que ser dado algum tratamento ambiental nesse canteiro. A gente tem o gerenciamento dos resíduos sólidos. Então, todo descarte de material de obra tem que ter o descarte especial, material de escritório, copos, papel, tudo isso tem um programa para que seja feita de forma adequada e lembrando gente que esses programas todos, eu não sei se eu vou avançar ainda e entrar para as perguntas, mas eles são aprovados pelo IBRAM, eles têm uma metodologia bastante detalhada, ele é proposto aqui agora, mas na próxima fase a gente apresenta para o IBRAM o projeto executivo desses programas onde a gente tem uma metodologia, todos os equipamentos, a equipe, a periodicidade, quanto tempo. Então, todo esse arcabouço técnico ele é apresentado para o IBRAM. O IBRAM aprova isso para que a gente possa passar a executar isso já na fase de obras. Continuo? Então, vamos para as perguntas.

Senhor Alisson Neves (98:16)

Pessoal, vamos lá. A gente agradece já nós estamos recebendo algumas perguntas aqui e novamente eu coloco aqui a disposição no que se refere a gente está aberto para receber novas perguntas e comentários. Então, nós convidamos todos a participar para encaminhar aos canais que estão divulgados na descrição da audiência pública no YouTube. Eu vou começar aqui e a gente recebeu até então, aqui quatro e está chegando mais perguntas. Está chegando mais perguntas aqui. A gente vai para o primeiro bloco de perguntas. Essa primeira eu vou responder do ponto de vista mais no que se refere às compensações desses processos em relação a contrapartidas ambientais. Nós temos três aqui que a gente vai falar de trânsito e aí eu vou passar para o arquiteto Jandson para fazer essas questões que tocam mais na área urbanística. Acho que é importante a gente colocar que a questão de trânsito é uma questão assistida do ponto de vista ambiental, mas não deliberada do ponto de vista da (?) do licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental ele pé informado desses estudos. Ele, inclusive, pode ser considerado na análise, mas quem aprova, quem delibera isso é no campo urbanístico, mas como nós temos aqui o arquiteto responsável eu penso que é pertinente a gente fazer as respostas da forma que elas forem possíveis. A primeira pergunta é do senhor Henrique Vilaverde, a gente agradece a pergunta. E a pergunta é o seguinte, qual a relação de contrapartida desses empreendimentos que venham contribuir para a minimização desses impactos? A gente vai entender aqui no que se refere a impacto ambiental. A legislação ambiental ela estabelece uma série de regras no que se refere a necessidade de compensações a partir do momento em você ingressa com impacto através de um empreendimento. Então, há necessidade de fazer todo um estudo e um cálculo para você conseguir identificar quais são os impactos e você trazer medidas mitigadoras e compensatórias. Nesses empreendimentos especificamente a gente pode citar inicialmente dois modelos de compensação que são compensações ambientais e florestais. Elas inclusive são as mais utilizadas. A compensação ambiental ela gera um recurso a ser investido em unidade de conservação. E a compensação florestal como o nome da diz ela é resultado dos cálculos que são feitos sobre a vegetação nativa que é impactada pelos empreendimentos e gera-se assim, uma obrigação financeira ou de replantio em áreas para que o empreendedor o faça, para que ele devolva aquela qualidade ambiental se não naquele espaço mais em outros espaços que possam ser investidos nesse sentido. Existem também modelos de ações mitigatórias e compensadoras que elas podem ser percebidas a necessidade e identificadas dentro do próprio processo de licenciamento ambiental em que os técnicos que o analisam identificam essas obrigações e possibilidades, portanto, é feito todo um cálculo isso é mais na fase de licença de instalação em que se identificam através dos projetos esses impactos para que isso possam ser mitigados e compensados. Vamos passar aqui para a próxima pergunta. Que é uma pergunta voltada ao teor mais urbanístico e de trânsito. Em respeito as colocações das perguntas ainda que em algum momento elas possam se sobrepor ou até serem repetitivas eu vou preferir fazê-las individualmente para que a gente consiga ter um debate aos conteúdos específicos que estão sendo apresentados e novamente eu reforço o convite que a gente está aberto a receber ainda perguntas para esse evento. O Jandson pode ir já coloca-lo no quadro aqui. O arquiteto Jandson ele vai fazer essas respostas com relação em especial projeto urbanístico e trânsito. Então, eu vou trazer já a primeira aqui obedecendo a sequência na ordem de chegada que também foi apresentada pelo senhor Vilaverde, novamente a gente agradece e a pergunta é a seguinte, sobre o aumento de trânsito quais as medidas que serão tomadas para mitigar esse problema? O transporte público há algum planejamento? Quais? Arquiteto fique a vontade.

Senhor Jandson Queiroz (103:07)

A gente tem que lembrar duas questões relacionada a essa resposta. A primeira delas é que já existe por parte do próprio GDF, Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, a SEDUH, todo um planejamento para aquela região do Jardim Botânico que isso está formalizado, digamos assim, na forma das diretrizes urbanísticas aquela que eu mostrei durante a apresentação que nas diretrizes já existe ali a previsão de que várias daquelas vias que hoje estão presentes no Jardim Botânico elas vão passar por processo aí de ampliação da sua caixa viária em função da necessidade que elas se a justem o que o governo lá prevê que é a

configuração de avenidas como avenidas de atividades e avenida de circulação como eu mostrei lá na diretriz urbanística. No que tange o projeto nas quatro poligonais, nas quais estamos ali interagindo enquanto desenvolvedores do empreendimento urbanisticamente falando nós já contemplamos essas diretrizes emitidas pelo governo e naquele trecho com o qual estamos trabalhando a gente já deixou uma largura suficiente para as vias de maneira que elas vão naquele trecho claro puderem ser ali ampliadas. O que é que eu chamo de ampliação? Então, tanto em frente a poligonal um quanto em frente a poligonal dois, três e quatro existe por parte do empreendimento já a previsão de que naquele trecho a gente possa ter uma largura de via para o carro que recebe duas faixas de carro em um sentido e duas no outro associado a isso a gente tem em uma das laterais ciclovias de dois metros e meio de largura e dos dois lados da via calçadas de três metros e trinta de largura. Então, isso traz exatamente, digamos, para o empreendimento a possibilidade de atender essa exigência que a secretaria fez para com relação ao projeto por meio das diretrizes urbanísticas e no projeto no que diz respeito a ele dentro dos seus limites de atuação ele exatamente prevê essa possibilidade mitigar esse aumento, não é, a possibilidade fluxo ali a partir de uma contribuição do empreendimento por meio dessa possibilidade de alargamento naquele trecho. É também nessas vias é possível em função dessa nova largura que o sistema de transporte coletivo ali possa passar na frente dos empreendimentos de uma maneira mais adequada inclusive com uma largura de via que também vai poder possibilitar a implantação de ponto de ônibus, de sinalização e coisas assim. Okay, então, é a contribuição do projeto.

Senhor Alisson Neves (106:11)

Obrigado, arquiteto Jandson. Nós temos aqui uma pergunta que é extremamente idêntica a essa que foi respondida. Então, a resposta vai ser a mesma. Vou ler aqui para vocês verificarem que ela é bastante igual a primeira, mas a gente via constar aqui. A contribuição foi do senhor Rafael Nascimento a quem a gente agradece a pergunta. Também questiona sobre o aumento trânsito e quais as medidas que serão tomadas para mitigar o problema e ele faz um questionamento em relação ao transporte público se o Jandson desejar complementar fica a vontade, mas praticamente igual a essa resposta que você já terminou de responder.

Senhor Jandson Queiroz (106:50)

O objetivo do empreendimento é que dentro do trecho em que é possível a gente atuar a gente sempre contribua com a melhoria da qualidade do espaço ali que está presente nas vias públicas em termos da possibilidade que realmente a gente ali tendo condições de alargar e outros empreendimentos acontecendo ao longo do trecho que isso contribua ali para a intenção do governo em melhorar a qualidade das vias na região do Jardim Botânico como um todo.

Senhor Alisson Neves (107:20)

Obrigado. Vamos para mais uma pergunta também vai tocar na parte trânsito. Então, a gente continua com os esclarecimentos do ponto de vista urbanístico, tendo em vista que a gente tem os profissionais aqui que podem fazer esses esclarecimentos a gente não vai perder a oportunidade de fazê-los. A pergunta agora é do senhor Renato Emeri. Me chamo Renato, sou morador do condomínio Ouro Vermelho Um, gostaria muito de uma resposta dos expositores dessa audiência pública sobre um problema grave que nós moradores e futuros condomínios, objeto da discussão, que é a questão de trânsito. Como ficará o trânsito da Estrada do Sol? Existe algum projeto que trará novas vias de acesso para nós moradores do final da Estrada do Sol? Hoje já é caótico congestionamento com 26 quebra-molas e até o final da via do Belvedere Green ficará muito pior, além do que existem construções do novo bairro do Alto Mangueiral. Qual o estudo de impacto de vizinhança relacionado ao trânsito da Avenida do Sol? Agradeço se obtiver resposta. Obrigado, Renato, volto a palavra para o Jandson.

Senhor Jandson Queiroz (108:30)

Mais uma vez com relação do empreendimento específico a gente está projetando exatamente de maneira a se adequar das diretrizes do governo, mas a gente tem condições de antecipar até pelo fato da gente interagir com a secretaria, conhecer o pessoal e ser acompanhado pelos técnicos da secretaria no desenvolvimento desses empreendimentos. Então, da mesma maneira que já existe por parte do governo elaboração dessas diretrizes urbanísticas para aquela região para que melhore e possibilite que aquelas vias de acesso elas sejam qualificadas, sejam melhoradas já prevendo a implantação de avenidas de atividades e avenidas de circulação, cuja capacidade

dessas vias se adequar a esse próprio planejamento do governo elas têm que ser ampliadas a gente já visualiza que existe por parte do governo sim já o início de ações até mesmo planejamento dessas vias que eu acredito que no prazo de em médio prazo talvez isso já comece a promover essa transformação lá na região. Mais uma vez, por parte do empreendimento a gente tem apresentado ali soluções que exatamente se adequam com esse planejamento que o governo vem fazendo e que eu acredito que realmente em um prazo não muito longo tanto no que diz respeito ao balão JK, ao balão ali da ESAF e algumas outras avenidas, no caso até da Avenida do Sol eu acho que médio prazo a região vai começar a ver uma transformação daquele espaço que vai acontecer de uma maneira bastante intensa.

Senhor Alisson Neves (110:13)

Obrigado, Jandson. Mais uma pergunta aqui é identificada aqui como TMC Comunicação a pergunta também é de sistema viário e as questões das ciclovias e acessibilidade o que está previsto?

Senhor Jandson Queiroz (110:32)

Mais uma vez, não é, em todas as vias principais a apresentação foi feita a alguns minutos antes, mas os senhores procurarem resgatar da memória nas vias principais naquelas que passam na frente dos empreendimentos e lá na poligonal três em uma das vias que cruza o empreendimento e dá acesso a outros parcelamentos em todas essas vias estão previstas lá a implantação de ciclovia em uma lateral com dois metros e meio de largura o que possibilita duas bicicletas passarem em sentido oposto, está certo, trazendo ali essa, digamos assim, de qualificação do espaço e que eu acho que nesse planejamento que a secretaria está fazendo ao longo dos anos isso vai acontecer para o bairro como um todo.

Senhor Alisson Neves (111:25)

Obrigado, Jandson. Nós temos mais duas perguntas aqui uma enquanto Brasília Ambiental, eu vou responder e a outra eu vou dividir entre o Brasília Ambiental e os empreendedores. Que estiver presente e quiser fazer o questionamento que é mais do ponto de vista imobiliário, inclusive. A próxima pergunta foi apresentada pelo senhor Ricardo Melo. Obrigado, Ricardo pela pergunta. Boa noite, como acesso o documento que tenha todos os empreendimentos descritos? Ricardo, todos os documentos que foram que são inerentes aos projetos que estão sendo debatidos aqui eles estão disponíveis para download no site do Brasília Ambiental. Toda a audiência pública de forma pretérita a essa audiência é disponibilizado todos esses documentos. E aí eu faço outro reforço também que, além desses documentos que podem ser acessados no sítio oficial do Brasília Ambiental o processo de licenciamento ambiental é um processo público. Então, estejam à vontade caso vocês desejem ter acesso a buscar através da nossa central de atendimento ou através da ouvidoria a solicitação para ter acesso a esses documentos. Logicamente aquelas documentações que são públicas elas estarão disponíveis com restrição apenas daquelas informações pessoais de cunho lá mais restrito. Entretanto, todo o estudo, todas as informações ambientais em torno dos projetos elas são públicas e nós convidamos a todos e quem assim desejar conhecê-las, não é, fiquem à vontade, assim como também a gente aqui disponibiliza Brasília Ambiental caso uma pessoa ou grupo da comunidade queira conversar com o Brasília Ambiental ter uma reunião de esclarecimento com relação a esse ou a qualquer outro empreendimento nós também temos o prazer de recebê-los para poder fazer os esclarecimentos que assim forem necessários. Qualquer dúvida também que às vezes por ventura que vocês queiram ter acesso ao processo, não precisa, podem encaminhar para o nosso e-mail também que é sulam@ibram.df.gov.br que nós iremos receber a manifestação e iremos respondê-la com toda transparência e tranquilidade. Mais uma pergunta aqui essa aqui eu vou dividir a resposta que é do senhor José Melquiades da Silva, obrigado pela pergunta. Ele pergunta o seguinte, então, vai ser vendido um terreno de um condomínio novo, porém regularizado? Essa parte do regularizado eu respondo. Como vai ser feita as vendas? Isso aqui eu vou passar para os empreendedores. Então, não vai remover nenhum morador? A questão do regularizado, eu acho que é importante a gente pautar e aproveitar a oportunidade aqui que é sempre esclarecedora e a gente tem o dever de ter toda a didática no que se refere a, inclusive, diferenciar os empreendimentos. Esse empreendimento, como vários outros que também tramitam aqui no Brasília Ambiental, são empreendimentos que eles seguem o fluxo normal e correto e previsto para ocupação do uso do solo, na política do uso do solo do Distrito Federal, assim, como também nos outros locais. É sempre, como é que eu posso dizer, é sempre preferível à ocupação de forma planejada e regular. Esses condomínios eles só estão sendo pensados e construídos nessas localizações por que você tem o plano diretor de ordenamento territorial que permite que essas áreas recebam novos parcelamentos. E aí, isso por só ele não é suficiente para poder dizer que chegue lá e construa um novo condomínio. Ele tem que passar por todo processo legal. Processo legal esse que tem dois pontos importantes tanto no que se refere à questão urbanística como se refere à questão ambiental. Por que não é só poder ocupar a área tem todo o regimento de como você ocupará aquela área para que você tenha todo o equilíbrio tanto no ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista jurídico seguindo

aquilo que a legislação vigente ela entende, ela estabeleceu como regra. Então, é sempre importante a gente estabelecer isso que assim se nasce assim se deve nascer todos os empreendimentos de ocupação urbana e sim ele estará regularizado a partir do momento do seu lançamento. Acho que é isso que a gente deve estabelecer de forma interessante, de forma elogiosa, por que a gente vive em uma comunidade no Distrito Federal que a pressão da ocupação irregular ela é absurda. A pressão da ocupação irregular ela é muito forte. A gente aqui tem que aproveitar o espaço para fazer uma fala de que nenhuma ocupação irregular ela é sustentável. O mais impactante que seja o empreendimento regular ele vai ser menos impactante do que as ocupações irregulares. O Brasília Ambiental, inclusive, a gente tem que trabalhar em várias situações que a ocupação irregular ela resultou em situação em perda de qualidade ambiental evidente tanto da flora quanto de fauna, quanto de erosão, situações, inclusive, que geram riscos não só ambiental como risco também a vida. Então, é sempre importante a gente aproveitar a oportunidade para fazer essa colocação. Lógico que entendemos que no que se referem às ocupações regulares aquelas também previstas pelo mesmo plano diretor de ordenamento territorial a serem regularizadas é compromisso de o Brasília Ambiental trabalhar para essa regularização. Entretanto, os impactos ambientais advindos dessas ocupações irregulares elas não se comparam aos impactos advindos de uma ocupação regular. Para vocês terem uma ideia, eu acho importante a gente estabelecer também o seguinte, que quando você tem uma ocupação irregular quando se fala em obras de saneamento, obras de drenagem a gente trata quando a gente fala de ocupação irregular como se essas obras fossem ativos ambientais, por que você pega aquela ocupação de um estágio e você melhora a qualidade ambiental. Ao contrario de quando a gente debate uma ocupação regular que a gente trata isso como passivo para chegar a uma condição melhor do que aquela que vai ser alcançada pelo irregular. Então, acho que é importante a gente estabelecer isso de fato essa é a forma de fazer a ocupação irregular dentro de uma segurança técnica e jurídica apesar do procedimento ser longo, ele ser árduo, mas é procedimento que traz toda uma segurança jurídica, ambiental e logicamente urbanística naquilo que a política urbanística estabelece. Justo, o Erick está lembrando aqui que até as questões de compensação elas não são no mesmo modelo regular e quando não é regular. Por que é isso. As ocupações irregulares a gente tem que trabalhar no sentido de você poder elevar o nível de qualidade ambiental e as obras de infraestrutura elas muita vezes elas são esse pilar de compensação quando você consegue chegar com uma obra de infraestrutura para uma ocupação que não foi planejada e é irregular que coloca o risco ambiental muito mais grave do que qualquer outro empreendimento regularizado. Eu vou passar agora para o biólogo Rafael para fazer a complementação no que se refere a questão imobiliária de vendas de lotes e tudo que é uma questão muito mais dos empreendedores.

Senhor Rafael Carvalho (119:34)

Boa noite mais uma vez, queria agradecer ao Alisson pela explanação e reforçar a questão de ser regular por aquele dado que eu trouxe na apresentação. São 75 por cento do bairro é de imóveis irregulares. Então, esse empreendimento vem trazer uma mudança desse cenário. Uma mudança para melhor. Só complementando. Senhor José, respondendo a questão comercial de vendas. É importante a gente trazer primeiro a resposta é sim, mas vou trazer detalhes para você. Primeiro para trazer que esse empreendimento ele vem com uma tipologia não residencial, mas também comercial devido à carência identificada o bairro. O bairro tem uma carência muito grande de empreendimentos comerciais. Uma padaria, um supermercado. A gente que tranzita na região a gente sabe disso. Então, o empreendimento vem também com esse viés de melhorar também essa questão comercial. E é importante colocar senhor José que apesar do empreendimento ter essa natureza de venda a gente ainda está na fase de licenciamento prévio, como o Alisson falou, que é uma fase de aprovação da viabilidade locacional, ou seja, que é possível fazer um empreendimento naquele local. A gente tem um longo caminho pela frente para que a gente possa aprovar os projetos executivos, não só da parte de engenharia e infraestrutura, mas também da parte ambiental para ir para uma fase de licença de instalação para poder começar uma obra e terminar essa obra dentro do preconiza a legislação ambiental para daqui um tempo a gente possa ter a possibilidade comercializar esses lotes residenciais e comerciais. Então, a resposta é sim. Os lotes vão ser comercializados, mas ainda tem um longo processo pela frente para que a gente possa aí sim ter a possibilidade pensar, inclusive, na forma de venda. Não é o momento ainda de a gente abrir isso. Isso ainda está em estudo tem questões cartoriais, questões ambientais, apesar de que as poligonais são do proprietário não há conflito algum de terra, como já foi dito pelo próprio professor Jandson, não conflito cartorial em termo de posse, mas há ainda um processo cartorial, processo ambiental a ser evoluído, processo em termos de projeto executivo de infraestrutura e urbanismo a serem avançados dentro da SEDUH, avançados dentro do IBRAM, enfim, há uma série de estudos ainda para que nós possamos chegar ao momento da venda. Esse momento vai chegar. Esse é o nosso objetivo, mas ainda há um longo caminho pela frente.

Senhor Alisson Neves (122:31)

Obrigado, Rafael. Vou passar aqui por que chegou outra questão de sistema viário. Eu vou passar aqui para o Jandson para fazer a resposta. Foi uma pergunta feita pelo senhor Felix Neto. A pergunta é a seguinte, a questão viária na poligonal do empreendimento foi muito bem dita, e aí ele pergunta, mas seus efeitos nos gargalos viários que para saírem dessa poligonal, ou seja, aquilo que extrapola a poligonal que foi estabelecida. Eu vou passar aqui a pergunta para o Jandson para fazer o atendimento.

Senhor Jandson Queira (123:10)

Bom, como eu tinha falado antes, já existe por parte do Governo do Distrito Federal uma série de planejamentos outros para aquela região do Jardim Botânico. E no caso especificamente dos gargalos é importante informar que já existe desenvolvido e aprovado pelo DER todo um planejamento de reformulação dos balões JK e balão da ESAF, inclusive, já de conhecimento público, por isso é que a gente anuncia aqui, que pelo menos aparentemente a gente já sou que o DER ele já deve lançar aí nos próximos meses o próprio processo licitatório para contratação de execução das obras de reformulação do balão da ESAF que isso vai ser feito no primeiro momento. Isso é de domínio público, projeto aprovado, talvez no site já tenha disponibilizado lá enquanto informação. Então, a região do jardim botânico como prevê o próprio PDOT ele é um vetor de crescimento para a região leste do Distrito Federal. Então, o Governo do Distrito Federal já sabendo disso ele já tem aí toda uma série de planejamentos desenvolvidos e que mais uma vez quando a gente apresentou aqui minutos antes isso está lá presente no planejamento que consta nas diretrizes urbanísticas e o nosso projeto, mais uma vez, ele está exatamente conversando, adequado, condizente com esse planejamento que o próprio Governo do Distrito Federal já vai colocar aí, já tem trechos aprovados e que vai colocar aí para entrar em obra e acontecer talvez em um prazo não muito longo.

Senhor Alisson Neves (124:57)

Obrigado, Jandson. Nesse momento não registrou mais perguntas que chegou pra esse momento eu gostaria de abrir para os presentes tanto presencialmente como virtual se quiserem fazer alguma complementação em relação aquilo que foi apresentado ou trazer algo novo que por ventura precise ser apresentado também. Abro a palavra para todos aqui tanto presencialmente quanto também quem nos acompanha virtualmente dentro da nossa sala de audiência...vamos fazer o seguinte então, eu vou...agente vai...agora são 21h07 nós vamos dar um intervalo de mais cinco minutos para poder verificar se chegará mais perguntas e caso não chegue a gente já vai dar o encerramento da audiência pública. Entretanto, aqueles que ainda entendem da necessidade de fazer questionamentos a gente aguarda aqui para chegar pelos canais que estão sendo divulgados na descrição da audiência pública no canal do YouTube. Está bom. Então, a gente vai dar mais cinco minutos de intervalo para fazer as respostas das perguntas que chegarem e todos estarem contemplados para que a gente consiga também fazer o encerrar a audiência no posteriore. Obrigado, daqui a cinco minutos nós voltamos.

Senhor Alisson Neves (133:47)

Pessoal, retomamos ao vivo para a audiência pública para tratar dos empreendimentos do Setor Habitacional Estrada do Sol. Os empreendimentos denominados de SPITI, INTERLAGOS, ESTÂNCIA PINHEIROS E NILSON LEONEL BARBOSA localizados na região do Jardim Botânico. Como já passou as duas últimas fases iniciou a audiência pública com a apresentação dos empreendimentos. Abrimos para perguntas. Recebemos algumas, fizemos toda a explanação aqui e nós abrimos para falas no ponto de vista de complementação aos membros da sala de audiência pública tanto quem está presencial quanto quem está via remota. Não chegou mais perguntas. Então, a gente vai iniciar o encerramento dessa audiência pública às 21h16. Então novamente eu abro a palavra para os membros participantes da sala de audiência tanto presencial quanto virtual para que quem assim desejar fazer uso da mesma para fazer as considerações finais. Eu abro a palavra se alguém quiser fazer a fala fiquem à vontade.

Senhor Rafael Carvalho (135:00)

Eu gostaria de apenas agradecer mais uma vez a oportunidade de está aqui. A presença de todos, eu digo, por parte do IBRAM, por parte da SPIT Incorporações e Construções, por parte da (?), e principalmente da comunidade mais uma vez eu reforço que esse espaço foi aberto para vocês é o momento de vocês se manifestarem e foi bastante gratificante receber as perguntas. Espero que venham mais perguntas por que a gente está aqui para esclarecer todo o aparato técnico desse estudo quanto mais informação a comunidade tiver melhor é para todo mundo, não só vocês, mas para nós também. Então, reforço meu agradecimento da presença de vocês aqui e de que os estudos continuam no site do IBRAM e as perguntas podem ser feitas ainda pelo e-mail, pelo WhatsApp. Então a gente fica aguardando

as perguntas para que a gente possa a comunidade bastante tranquila e até satisfeita pela implantação desse empreendimento regular e dentro de tudo que preconiza a temática ambiental. Então, obrigado estamos a disposição. Tem esse período de dez dias para que vocês possam se manifestar. Muito obrigado.

Senhor Alisson Neves (136:30)

Obrigado, Rafael, biólogo Rafael. O engenheiro Jandson e os outros membros representantes aqui dos empreendimentos tanto virtual quanto presencial. Antes de fazer o encerramento só reforçar isso que o Rafael nos colocou a partir desse momento a gente passa há contar 10 dias para receber sugestões, questionamentos, dúvidas através tanto do e-mail disponibilizado na descrição do vídeo no YouTube assim, como também para o WhatsApp que foi divulgado também o telefone de celular. São 10 dias esse vídeo que vocês estão assistindo agora ao vivo ele vai ficar no canal oficial do Brasília Ambiental no YouTube. Então, esteja a vontade tanto para compartilhar, tanto para assistir novamente caso queiram pegar algum trecho que por ventura perderam e querem fazer alguma argumentação nós agradecemos muito. Não só a participação no dia de hoje, mas essa participação posterior. Isso vem sacramentando o modelo de audiência pública que foi forçado no momento de pandemia, mas que a gente vem conseguindo melhorar e vem conseguindo trazer de forma virtual entendendo que esse mecanismo virtual ele tem conseguido alcançar mais pessoas é fácil da gente comprovar com as audiências que aconteceram antes presenciais e a audiência que vem acontecendo agora. É um modelo em que nesse momento o Brasília Ambiental opta fazer por entender que tem sido mais permeável que outros modelos e tecnicamente a gente tem em enriquecimento do debate tendo em vista que tudo que é falado e transmitido ele fica gravado. Então, ele permite um maior aprofundamento dos assuntos. Só hoje nessa audiência pública nós tivemos um engajamento de mais de 100 pessoas o que era algo raro nas audiências públicas presenciais a gente conseguir reunir 100 pessoas para discutir meio ambiente, impactos ambientais dos empreendimentos. Então, isso mostra que esse formato é um formato que veio para ficar e o Brasília Ambiental ele tem investido bastante para que a gente consiga a cada vez mais um modelo que seja que alcance a população e que seja um modelo que permita o debate o amplo debate da melhor forma possível. Lembrando que obrigatoriamente durante a audiência pública os empreendedores precisam estabelecer um local de acesso para aquelas pessoas que por ventura não consigam acessar a internet em suas residências, em seus celulares. Então, esse ponto de acesso físico ele se mantém apesar da audiência pública ser remota. Então, ele continua agora nos próximos 10 dias para nós recebermos essas contribuições nos mesmos canais que foram abertos aqui. Reforço que esse material que foi discutido aqui ele está disponibilizado no site do Brasília Ambiental. Todas as audiências públicas tem essa divulgação deste material, mas reforço também que os processos de licenciamento ambiental são processos públicos e, portanto, acessíveis a qualquer cidadão que queira ter acesso. A gente agradece o interesse da comunidade que deseje fazê-lo. O Brasília Ambiental também fica disponível para receber tanto pessoas sozinhas quanto membros de grupos ou da comunidade organizada para que seja debatido assunto de interesse da comunidade e em especial nos processos que aqui tramitando. A gente agradece a presença de todos tanto virtualmente como os que tiveram aqui presencialmente e desejo a todos uma boa noite e assim se encerra a presente audiência pública e que dará seguimento para os próximos estágios desse licenciamento ambiental. Muito obrigado e uma boa noite a todos.

